

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso nas categorias de técnico de informática do grau 1, do grau 2 e do grau 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores.

Arquitectura, funcionamento e operação de computadores.
Sistemas operativos.
Bases de dados.
Telecomunicações e redes de comunicação de dados.

A pormenorização e detalhe das matérias e temas constarão dos respectivos avisos de abertura dos concursos.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 21 742/2005 (2.ª série). — O contrato de contrapartidas celebrado no âmbito do Programa Relativo à Aquisição de Submarinos prevê como uma das obrigações de contrapartidas a cumprir pelo fornecedor dos submarinos, a German Submarine Consortium (GSC), a elaboração e atribuição aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. (ENVC), de um projecto básico de um navio polivalente logístico.

NII	Posto	Classe	Nome	Cargo
25475	Capitão-de-fragata	EMO	Victor Abel Simões	Presidente.
20084	Capitão-tenente	ECN	Celso Jacinto Branco Moreira Guerreiro	Adjunto.
258575	Capitão-tenente	SEE	José Maria da Silva	Adjunto.
22184	Capitão-tenente	EMA	Paulo Alexandre Rodrigues Soares	Adjunto.
22786	Capitão-tenente	EN-MEC	João Manuel Alves Marques da Costa	Adjunto.

2 — Aos militares referidos no número anterior que prestam serviço na JPT-Marinha em Kiel, na Alemanha, é aplicável o disposto no n.º 6.º da portaria conjunta acima referida pelo período correspondente à sua estada naquele país.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o presidente da JPT-Marinha é equiparado a adido de defesa e os oficiais adjuntos a adido de adido de defesa.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005.

20 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 21 743/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel INF 04180880, Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, por um período de 365 dias, em substituição do tenente-coronel INF 005600183, Filipe Jorge Pires Medina de Sousa, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 11 — Escola de Oficiais do Exército, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

30 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Neste contexto, foi designado o estaleiro naval alemão Howaldts-werk Deutsch Werft (HDW) para, sob a responsabilidade da GSC, elaborar e facultar o referido projecto básico do navio polivalente logístico.

Nestes termos, através da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, do Ministro das Finanças e da Administração Pública e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, datada de 28 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, foi criado um grupo de trabalho, designado «Joint project team», composto por elementos da HDW, por representantes do Estado Português, indicados pela Marinha, e por uma equipa dos ENVC, o qual deverá acompanhar o cumprimento da referida contrapartida.

O n.º 2.º da portaria acima mencionada remete para despacho do Ministro da Defesa Nacional a nomeação dos representantes do Estado Português, designados, abreviadamente, por JPT-Marinha.

A JPT-Marinha será composta por um presidente e um máximo de quatro elementos, sendo a referida nomeação feita sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, que deverá assegurar uma criteriosa selecção dos elementos da Marinha, norteada por princípios de excepção e excelência adequados ao elevado grau de complexidade, especificidade e sofisticação tecnológica inerente à elaboração de um projecto básico de um navio polivalente logístico.

Assim, determino o seguinte:

1 — Nos termos do n.º 2.º da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), datada de 28 de Fevereiro e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, são nomeados os militares abaixo mencionados para integrem a JPT-Marinha:

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 21 744/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar de 22 de Setembro de 2005:

COR/TPAA 014070-J, Aníbal António Gonçalves — nomeado presidente da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDLM), nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, por remissão do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/97, de 6 de Setembro, com efeitos a 8 de Julho de 2005, por cessação de funções do COR TPAA 016496-J, Carlos Alberto Tavares Soares da Silva, o qual passou à situação de reserva.

29 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 21 745/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, para o preenchimento de um cargo de inspecção-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato coronel de administração militar Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o coronel de administração militar Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 2.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005.

Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Curriculum vitae

Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho, coronel de administração militar, nascido em 3 de Janeiro de 1950, é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar.

Após o seu ingresso no quadro permanente em 1975, como subalterno e capitão exerceu as seguintes funções: na área de instrução e comando na Escola Prática de Administração Militar, na área das finanças como chefe da Contabilidade dos Conselhos Administrativos da Escola Militar de Electromecânica e Direcção da Arma de Transmissões e chefe da Secção de Gestão Orçamental do Centro de Gestão Financeira Geral; na área do ensino, como professor de matemática dos 11.º e 12.º curso de formação de sargentos, na Escola de Sargentos do Exército, e ainda na área logística, como adjunto do chefe dos Serviços Comerciais das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE).

Como oficial superior desempenhou diversas funções na área logística, designadamente como chefe do Centro Comercial das OGFE e chefe da Repartição de Fardamento e Material Diverso, da Direcção dos Serviços de Intendência, e na área de finanças como chefe das Secções de Verificação de Contas e Gestão Financeira e Contabilidade e subchefe do Centro de Finanças do Governo Militar de Lisboa.

Promovido ao posto de coronel em Dezembro de 2000, foi colocado no Instituto de Acção Social das Forças Armadas, onde desempenhou funções no Centro de Acção Social de Oeiras.

Em Outubro de 2001, foi colocado na Inspeção-Geral da Defesa Nacional, ficando a prestar serviço na Inspeção da Administração dos Meios Financeiros. Em Abril de 2002 é nomeado em regime de comissão de serviço por um ano para o cargo de inspector-coordenador.

Posteriormente, em Setembro de 2003, é transferido para a Inspeção da Administração dos Meios Materiais, onde ainda desempenha funções, exercendo igualmente as funções de inspector-coordenador.

Em termos de formação profissional e complementar, frequentou os seguintes cursos:

Em 1978 o curso de promoção a capitão, no ano lectivo de 1986-1987 o curso geral de comando e estado-maior e em 2002 o orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos.

Durante a sua carreira recebeu vários louvores e possui a medalha de mérito militar de 3.ª classe e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Despacho n.º 21 746/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 1.º grau seja efectuado de entre funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que para o preenchimento de um cargo de inspector-director da Inspeção da Administração dos Meios Materiais (IAMM), da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato capitão-de-mar-e-guerra de administração naval Fernando Cardoso da Mata, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o capitão-de-mar-e-guerra de administração naval Fernando Cardoso da Mata inspector-director da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 1.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005. Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Curriculum vitae

Fernando Cardoso da Mata, capitão-de-mar-e-guerra, nasceu na Sertã, em 14 de Novembro de 1946, tem residência em Lisboa e é casado, com dois filhos.

Ingressou na Marinha como cadete da Escola Naval em 1 de Setembro de 1967, tendo-se licenciado em Ciências Militares, curso de Administração Naval, com a classificação de 12,63 valores, após o que iniciou a sua carreira de oficial de marinha com a promoção a guarda-marinha em 1 de Junho de 1971. Em 1984 foi habilitado pelo Instituto Superior Naval de Guerra com o Curso Geral Naval de Guerra, com a classificação de 13,50 valores, foi promovido a oficial superior em 9 de Maio de 1986 e atingiu o posto de capitão-de-mar-e-guerra em 30 de Novembro de 1999, tendo transitado para a situação de reserva em 14 de Novembro de 2003.

Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1982, com a classificação de 16 valores — *Bom com distinção*.

Enquanto oficial subalterno, foi chefe do Depósito Territorial do Comando da Defesa Marítima da Guiné, chefe do Serviço de Abastecimento e secretário-tesoureiro do conselho administrativo a bordo das fragatas *Comandante Hermenegildo Capelo* e *Comandante Roberto Ivens* e em terra no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira) e no Departamento Marítimo do Centro, Lisboa (Capitanias dos Portos da Nazaré, Peniche, Cascais, Lisboa, Setúbal e Sines), tendo ainda chefiado na Direcção de Abastecimento a Secção de Processamento de Requisições e um sector de depósitos.

Como oficial superior, foi chefe de repartição/divisão na Direcção de Abastecimento, Direcção do Serviço de Manutenção, Direcção de Navios e Chefia do Serviço de Apoio Administrativo, tendo exercido funções no âmbito da logística do material, do planeamento, execução e controlo dos orçamentos anuais daqueles órgãos e dos vencimentos e abonos do pessoal da Marinha. Foi vogal dos seus conselhos administrativos, onde exerceu competências de deliberação, tal como nos anteriormente mencionados, em matéria de realização de despesas e de gestão patrimonial.

Foi nomeado pela Marinha para integrar uma equipa de inspecção da Inspeção-Geral das Forças Armadas, tendo sido colocado em 1998 naquele órgão, actualmente Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), inicialmente em inspecções de análise ao sistema logístico das Forças Armadas e depois na Inspeção da Administração dos Meios Materiais (IAMM).

Participou em diversas acções inspectivas, vindo a ser mais tarde chefe da equipa de inspecção, responsável pelo seu planeamento, direcção, coordenação e execução, bem como pela elaboração dos respectivos relatórios.

Foi provido no cargo de inspector-coordenador por despacho ministerial de 1 de Março de 2001 e, desde 16 de Maio de 2003, foram-lhe atribuídas as funções de direcção da IAMM, tendo assegurado o planeamento, coordenação e controlo das actividades daquela área de inspecção, com duas equipas em actividade.

Ao longo da sua carreira foram-lhe conferidos 11 louvores (3 colectivos), 4 dos quais por oficial general, e atribuídas quatro medalhas militares.

Despacho n.º 21 747/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, para o preenchimento de um cargo de inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Humanos (IAMH), da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato tenente-coronel ENGEL Vítor Manuel Santana Maia Pita, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o tenente-coronel ENGEL Vítor Manuel Santana Maia Pita inspector-coordenador da IAMH, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional — cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005. Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.